

TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO

Prefácio
Augusto Aras

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E
PROPAGANDA ELEITORAL
REFLEXÕES JURÍDICAS
A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA
DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

E proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C3311	Carvalho Neto, Tarcísio Vieira de Liberdade de expressão e propaganda eleitoral: reflexões jurídicas a partir da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral/ Tarcísio Vieira de Carvalho Neto. – Belo Horizonte : Fórum, 2020. 205 p.; 14,5x21,5cm ISBN: 978-65-5518-026-8 1. Direito Eleitoral. 2. Tribunal Superior Eleitoral. I. Título.	CDD 341.28 CDU 342.8
-------	--	-------------------------

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira de. *Liberdade de expressão e propaganda eleitoral: reflexões jurídicas a partir da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 204 p. ISBN 978-65-5518-026-8.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
AUGUSTO ARAS	15
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
LIBERDADE DE EXPRESSÃO: BRASIL E PORTUGAL	25
1.1 Considerações iniciais e localização do tema.....	25
1.2 Liberdade de expressão no Direito brasileiro.....	26
1.2.1 Natureza jurídica de (princípio constitucional)	26
1.2.1.1 A função dos princípios na contemporaneidade jurídica.....	26
1.2.1.2 Direito Eleitoral constitucionalizado	28
1.2.1.3 Riscos da aplicação desmesurada de princípios como o da liberdade de expressão	33
1.2.1.4 Impactos dos princípios no sistema (constitucionalizado e mal sistematizado) de Direito Eleitoral	35
1.2.2 Conteúdo jurídico.....	36
1.2.3 Extensão e limites	40
1.2.4 A liberdade de expressão na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	43
1.3 Direito português.....	47
1.3.1 Algumas notas doutrinárias sobre a liberdade de expressão no contexto do Direito Constitucional de Portugal	47
1.3.2 As contribuições jurisprudenciais acerca do tema liberdade de expressão.....	53
1.3.2.1 Lopes Gomes da Silva c. Portugal (28.9.2000)	55
1.3.2.2 Caso Leonel Azevedo c. Portugal (27.3.2008).....	58

CAPÍTULO 2

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO PROJETADA

NO DIREITO ELEITORAL	59
2.1 O Direito Eleitoral português.....	59
2.1.1 Principais características do Direito Eleitoral português	59
2.1.2 Princípios constitucionais gerais do Direito Eleitoral português.....	64
2.1.3 O princípio da liberdade no Direito Eleitoral português.....	65
2.1.4 A propaganda no Direito Eleitoral português.....	66
2.1.5 A divulgação de sondagens e de inquéritos de opinião	70
2.1.6 O direito de antena em Portugal.....	72
2.2 O Direito Eleitoral brasileiro	75
2.2.1 Considerações iniciais	75
2.2.2 A Justiça Eleitoral brasileira	79
2.2.3 Algumas projeções específicas da liberdade de expressão no Direito Eleitoral do Brasil	83
2.2.3.1 Promoção pessoal na publicidade institucional	83
2.2.3.2 Imunidade parlamentar e propaganda eleitoral negativa antecipada	95
2.2.3.3 Pesquisas eleitorais.....	102
2.2.4 WhatsApp e eleições (2018): o caso brasileiro.....	113
2.2.5 A jurisprudência como fonte do Direito Eleitoral brasileiro.....	116
2.2.5.1 A jurisprudência como fonte do Direito	117
2.2.5.2 A jurisprudência nos sistemas da <i>common law</i> e da <i>civil law</i>	118
2.2.5.3 A jurisprudência no quadro brasileiro atual.....	119
2.2.5.4 A aplicação supletiva e subsidiária do NCPC aos feitos eleitorais ..	121

CAPÍTULO 3

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROPAGANDA ELEITORAL

À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR

ELEITORAL.....	125
3.1 Considerações preliminares.....	125
3.2 Liberdade de expressão e propaganda eleitoral pelas lentes do TSE	126
3.2.1 Considerações iniciais	126
3.2.2 Imprensa escrita	128
3.2.3 Televisão e rádio	135
3.2.4 <i>Outdoor</i>	141
3.2.5 Internet.....	144

3.2.6	Discurso de ódio (<i>hate speech</i>) e propaganda negativa	153
3.2.7	Humor	160
3.2.8	<i>Fake news</i>	165
3.2.9	Religião	175
3.3	Resoluções (recentes) do TSE com afinidade ao tema liberdade de expressão nas propagandas eleitorais	185
CONCLUSÃO.....		191
REFERÊNCIAS.....		201